



TRAMA GOLPISTA

Moraes fecha o cerco contra novas fugas

Após a tentativa frustrada de Silvinei Vasques, o ministro do STF decreta prisão domiciliar a dez condenados pela conspiração antidemocrática. Segundo o magistrado, há um “modus operandi” de burlar as penas impostas pela Justiça

» WAL LIMA
» FERNANDA STRICKLAND
» ALÍCIA BERNARDES

Por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Polícia Federal cumpriu dez mandados de prisão domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica contra condenados da chamada trama golpista. A medida busca evitar novas fugas e garantir o cumprimento das penas impostas pelo Supremo, em meio à execução das decisões já em andamento.

A ordem saiu logo após a prisão, no Paraguai, do ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques, que rompeu a tornozeleira eletrônica e tentou deixar o Brasil usando passaporte falso. O episódio reforçou a percepção, segundo ressaltou Alexandre de Moraes, de que existe risco concreto de evasão entre parte dos condenados.

Na decisão, o ministro afirma que há “um padrão de condutas indicativo de fuga” e diz que “o modus operandi da organização criminosa condenada pelo Supremo Tribunal Federal indica a possibilidade de planejamento e execução de fugas para fora do território nacional, como feito pelo réu Alexandre Ramagem, inclusive com a ajuda de terceiros”.

A Polícia Federal cumpriu os mandados em oito unidades da Federação — Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Bahia, Tocantins e Distrito Federal — com atuação coordenada das equipes da PF. Em localidades onde havia militares entre os alvos, houve apoio de tropas do Exército para garantir a segurança das diligências.

Os dez condenados alcançados pela ordem são réus dos núcleos 2, 3 e 4 da trama golpista, julgados e condenados pela Primeira Turma do STF por crimes relacionados à tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. Entre eles estão Filipe Martins, ex-assessor internacional de Jair Bolsonaro, condenado a 21 anos de prisão; Marília Alencar, ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça; Guilherme Marques, tenente-coronel do Exército; Fabrício Moreira de Bastos, coronel do Exército; Ailton Gonçalves, ex-major do Exército; Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros, tenente-coronel do Exército; Bernardo Romão Corrêa Netto, coronel do Exército; Giancarlo Rodrigues, subtenente do Exército; Ângelo Denicoli, major da reserva; e Carlos César Moretzsohn Rocha, presidente do Instituto Voto Legal (IVL), que não foi localizado e é considerado foragido.

Uso de tornozeleira

Moraes determinou que todos usem tornozeleira eletrônica, entreguem os passaportes, fiquem proibidos de manter contato entre si, não utilizem redes sociais e tenham o porte de arma suspenso. Segundo o ministro, essas restrições visam “assegurar a eficácia das decisões e impedir a repetição de condutas voltadas à obstrução da Justiça”.

O despacho cita que a adoção de medidas mais duras decorre de uma “sequência de episódios” que demonstram capacidade organizada de alguns réus em planejar rotas de fuga, receber apoio

Marcelo Camargo / Agência Brasil



O modus operandi da organização criminosa condenada pelo Supremo Tribunal Federal indica a possibilidade de planejamento e execução de fugas para fora do território nacional (...), inclusive com a ajuda de terceiros”

Alexandre de Moraes,
ministro do STF

Operação antifuga

A Polícia Federal cumpriu determinação do Supremo Tribunal Federal para impor prisão domiciliar a um grupo de condenados da trama golpista. As ordens judiciais foram executadas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Bahia, Tocantins e no Distrito Federal, com apoio do Exército Brasileiro em parte das diligências. Saiba quem são os presos.

Núcleo 2

Planejou a operação “Punhal Verde Amarelo”, que previa o monitoramento e o assassinato de autoridades – entre elas o presidente Lula, o vice Geraldo Alckmin e o ministro do STF Alexandre de Moraes.



Filipe Martins
Ex-assessor de Assuntos Internacionais do ex-presidente Jair Bolsonaro: 21 anos de prisão.



Marília de Alencar
Delegada da PF e ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça: 8 anos e 6 meses de prisão.

Núcleo 3

Formado na maioria pelos chamados “kids pretos” (militares da tropa de elite do Exército) e responsável por executar a operação “Punhal Verde Amarelo”



Bernardo Romão Correa Netto
Coronel do Exército: 17 anos de prisão.



Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros
Tenente-coronel: 17 anos de prisão.



Fabrício Moreira de Bastos
Coronel: 16 anos de prisão.

Núcleo 4

Chamado de “Núcleo da Desinformação”, segundo a denúncia da Procuradoria-Geral da República, disseminou notícias falsas sobre as urnas eletrônicas e atacou instituições e autoridades públicas, contribuindo para a articulação golpista.



Ailton Gonçalves Moraes Barros
Major da reserva do Exército: 13 anos de prisão.



Guilherme Marques de Almeida
Tenente-coronel do Exército: 13 anos e 6 meses de prisão.



Ângelo Martins Denicoli
Major da reserva do Exército: 17 anos de prisão.



Carlos Cesar Moretzsohn Rocha
Presidente do Instituto Voto Legal: 7 anos e 6 meses de prisão.



Giancarlo Gomes Rodrigues
Subtenente do Exército: 14 anos de prisão.

Valdo Virgo/CB/D.A Press

Monitoramento

O ministro destacou que a operação não se encerra com o cumprimento dos mandados. Segundo o despacho, haverá acompanhamento permanente entre STF, Polícia Federal, Ministério Público e órgãos de inteligência. Moraes afirma que a complexidade das condutas e a capacidade de organização demonstrada por alguns condenados exigem vigilância constante e atuação coordenada das instituições.

A decisão também cita a necessidade de articulação internacional. O relator dos processos sobre a trama golpista registrou que há indícios de planejamento prévio e uso de rotas de saída do país, o que reforça a importância de diálogo com autoridades estrangeiras e sistemas de controle de fronteiras. O objetivo é impedir que a aplicação da lei penal brasileira seja frustrada por estratégias transnacionais e assegurar que as decisões do Supremo sejam efetivamente cumpridas.

Em nota divulgada, a defesa de Filipe Martins afirmou que a decisão do ministro Alexandre de Moraes de impor prisão domiciliar ao ex-assessor representa “mais um abuso” e não tem fundamento jurídico, pois teria sido motivada por um “ato de terceiro”, em referência à tentativa de fuga de Silvinei Vasques, pessoa que, segundo os advogados, não integra o convívio do cliente.

A defesa sustentou, ainda, que Martins vem cumprindo “de forma exemplar” todas as medidas cautelares anteriormente impostas pelo Supremo, lembrando que, em novembro, o próprio ministro recuou de uma ameaça de prisão após constatar erro na leitura de dados da tornozeleira eletrônica, e reforça que ele não cometeu os atos que lhe são atribuídos pela Procuradoria-Geral da República.

O **Correio** não localizou a defesa dos outros réus.

de certas liberdades poderia permitir novas tentativas de evasão e comprometer a autoridade do Supremo. No texto, ele afirma que há “inequívoca intenção de alguns condenados em frustrar a aplicação da lei penal”, apontando “comportamentos coordenados, estruturados e dotados de apoio logístico”, o que justificaria a necessidade de reação “rápida, firme e proporcional à gravidade das condutas”.

O ministro também registrou que o risco de evasão “não

é hipotético”, mas sustentado em fatos recentes. Ele escreveu que não se trata de “descumprimentos pontuais”, mas de “um conjunto de iniciativas deliberadas para ocultação de paradeiro, saída clandestina do território nacional e afronta direta às decisões desta Corte”.

A Polícia Federal informou que as diligências começaram ainda nas primeiras horas do dia e seguiram ao longo da manhã e da tarde. Os agentes compareceram aos endereços dos condenados para notificar a prisão domiciliar

e ajustar as novas condições impostas pelo STF, garantindo a execução imediata da decisão.

Moraes deixou claro que as medidas têm caráter preventivo e buscam proteger “a autoridade das decisões judiciais, a efetividade da execução penal e a ordem pública”. Ele determinou monitoramento contínuo e comunicação imediata ao Supremo caso haja qualquer violação, alertando que descumprimentos poderão resultar em sanções ainda mais rígidas.